

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma HABEAS CORPUS: 8027507-42.2024.8.05.0000 ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA CRIMINAL – 1ª TURMA IMPETRANTES/ADVOGADOS: ANA PAULA MOREIRA GOES – OAB/BA 30700 e – OAB/BA 39692 IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BOM JESUS DA LAPA/BA. PACIENTE: PROCURADORA DE JUSTIÇA: EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIME TIPIFICADO NO ART. 121, VII, C/C ART. 14, II, NA FORMA DO ART. 70, TODOS DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. 1 – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PACIENTE PRONUNCIADO. DECISÃO CALCADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRESENTES OS REQUISITOS E 01 (UM) DOS FUNDAMENTOS DO ART. 312 DO CPPB. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DECRETO PRISIONAL FOI LASTREADO NA EXISTÊNCIA DO PERICULUM LIBERTATIS E DO FUMUS COMISSI DELICTI. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. MODUS OPERANDI. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONSTATADO. 2 – CONCLUSÃO: ORDEM DENEGADA. Vistos, relatados e discutidos os Autos de HABEAS CORPUS autuado sob nº. 8027507-42.2024.8.05.0000, tendo ANA PAULA MOREIRA GOES – OAB/BA 30700 e – OAB/BA 39692, como Impetrante e, na condição de Paciente, , os eminentes Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Criminal – 1ª Turma Julgadora – do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, ACORDAM para DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do Relator, conforme certidão de julgamento. Sala de Sessões, data constante da certidão de julgamento. DESEMBARGADOR RELATOR

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 16 de Maio de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma HABEAS CORPUS: 8027507-42.2024.8.05.0000 ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA CRIMINAL – 1ª TURMA IMPETRANTES/ADVOGADOS: ANA PAULA MOREIRA GOES – OAB/BA 30700 E – OAB/BA 39692 IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BOM JESUS DA LAPA/BA. PACIENTE: PROCURADORA DE JUSTIÇA: RELATÓRIO Trata-se de HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO, com pedido liminar, impetrado por ANA PAULA MOREIRA GOES e , em favor de , já qualificado na exordial, por ato supostamente praticado pelo Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Bom Jesus da Lapa/BA. Narram os Impetrantes que “o Paciente foi pronunciado como incurso nas penas do art. 121, inciso VII, c/c art. 14, inciso II, na forma do artigo 70 do CP (quatro vezes), oportunidade em que foi mantida a sua prisão preventiva” (sic), destacando que, ao oferecer a denúncia, “o Ministério Público afirmou que, no dia 12.02.2018, em torno das 23 h, na Rua Guararapes, bairro São João, Bom Jesus da Lapa/BA, , acompanhado de ” (sic). Alegam também que “os policiais realizaram buscas nas proximidades e um veículo com as descrições fora localizado. Ato contínuo, com o giroflex, os Policiais Militares deram ordem legal de parada, mas o Paciente e seu comparsa desobedeceram-nos e então, com manifesta intenção de matar, passaram a efetuar diversos disparos de arma de fogo contra os policiais militares e, em seguida, partiram em fuga, porém o Paciente não obteve êxito em acertar os policiais” (sic). Continuam asseverando que, conforme denúncia, “os milicianos repeliram a injusta agressão e iniciaram uma perseguição, tendo encontrado o veículo abandonado com , que estava ferido por disparo de arma de fogo, portando uma pistola calibre .40 e o denunciado, após abandonar o veículo, teria conseguido se evadir do local, com duas pistolas na mão” (sic). Destacam que, após o oferecimento da denúncia, “o ilustre promotor de justiça procedeu o seu aditamento, para atribuir ao Paciente conduta típica descrita no art. 121, inciso VII, c/c art. 14, inciso II, na forma do art. 70 (quatro vítimas), todos do Código

Penal, incluindo um quarto policial na condição de ofendido, arrolando testemunhas e narrando novas condutas atribuídas ao Defendente" (sic), cuja descrição "sequer é compatível com os depoimentos das supostas vítimas que não descrevem a "manifesta intenção de matar" dos abordados e que relatam que quem efetuou os disparos foi a pessoa de e não , que estaria na condução do veículo" (sic). Asseveraram também que a denúncia foi recebida em 09/02/2023, sendo encerrada a instrução processual e apresentadas as alegações finais pelas partes, quando, então, fora pronunciado e mantida a prisão preventiva. Noutro ponto, argumentam que a segregação cautelar é ilegal, haja vista a inexistência de fundamentação para manutenção da custódia cautelar. Por fim, sustentam que o Paciente encontra-se submetido a constrangimento ilegal, requerendo, liminarmente, o relaxamento da segregação cautelar; no MÉRITO, a confirmação definitiva da ordem. A petição inaugural encontra-se instruída com documentos. OS AUTOS FORAM DISTRIBUÍDOS, NA FORMA REGIMENTAL DESTES SODALÍCIO, PELA DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO DO 2º GRAU, POR PREVENÇÃO, À LUZ DO ART. 160 DO RITJBA, CONFORME SE INFERE DA CERTIDÃO EXARADA, VINDO OS AUTOS CONCLUSOS PARA APRECIACÃO DO PEDIDO FORMULADO NA EXORDIAL. LIMINAR INDEFERIDA – Id. Num. 60783582, na data de 22/04/2024, conforme fluxo eletrônico.

Requisitadas as informações ao Juízo a quo, as quais foram prestadas e, em seguida, os autos foram encaminhados à Procuradoria de Justiça, que opinou pela DENEGAÇÃO DA ORDEM – Id. Num. 61398307, vindo os autos conclusos ao gabinete desta Desembargadoria, conforme se vê do fluxo em 22/04/2024. É O SUCINTO RELATÓRIO. Encaminhem-se os autos à Secretaria, a fim de que seja o presente feito pautado, observando-se as disposições contidas no Regimento Interno deste Sodalício, inclusive no que tange a pedido de Sustentação Oral. Salvador/BA., data registrada em sistema. DESEMBARGADOR RELATOR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma HABEAS CORPUS: 8027507-42.2024.8.05.0000 ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA CRIMINAL – 1ª TURMA IMPETRANTES/ADVOGADOS: ANA PAULA MOREIRA GOES – OAB/BA 30700 E – OAB/BA 39692 IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BOM JESUS DA LAPA/BA. PACIENTE: PROCURADORA DE JUSTIÇA: VOTO Do minucioso exame desta Ação Autônoma de Impugnação, constata-se, claramente, que não assiste razão aos Impetrante, tendo em vista que o decreto prisional encontrar-se devidamente fundamentado, SENDO MEIO IDÔNEO À MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE, tendo em vista que expressava, de forma evidente e cristalina, a sua necessidade para GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, como se constata dos trechos do decisum a seguir transcritos: "(...) A materialidade delitiva encontra-se assente no inquérito policial civil de IDs 359651111 e 359651112 e no inquérito policial militar de IDs 360035460, 360035461 e 360035462. Por sua vez, constatam-se indícios de autoria delitiva na pessoa do réu, notadamente como se infere do teor das declarações das vítimas e testemunhas ouvidas na fase investigativa, especialmente dos teores dos depoimentos das vítimas, ora policiais militares, , , e , que presenciaram os fatos e atestaram ser o ora réu e seu comparsa, de nome , que desobedeceram a ordem de parada dos policiais militares e então, com a suposta intenção de matar, passaram a efetuar diversos disparos de arma de fogo contra os policiais militares acima mencionados, em seguida, partiram em fuga, fato ocorrido em 12/02/2018, durante a noite, no município de Bom Jesus da Lapa/BA. Extraí-se também dos autos que após serem alvo dos tiros, os milicianos repeliram a injusta agressão e iniciaram uma perseguição, na qual revidaram os disparos, atingindo . Todavia, por conta de falhas no veículo, eles pararam, ocasião em que o réu desembarcou do

veículo, disparando novamente contra os policiais. Já no bairro Santa Luzia, situado neste município de Bom Jesus da Lapa, os soldados encontraram o veículo abandonado com , que estava ferido por disparo de arma de fogo, portando identidade falsa com o nome de e uma pistola calibre .40. O réu, após abandonar o veículo, conseguiu se evadir do local, com duas pistolas na mão. Assim, presente o fumus comissi delicti necessário para a decretação da custódia cautelar. Quanto ao periculum libertatis, este também se faz presente. O acusado, quando dos fatos, fugiu do distrito da culpa, de tal maneira que, se mantido em liberdade, prejudica a aplicação da lei penal, fator concreto este a legitimar sua custódia cautelar à luz do art. 312, caput, do CPP. Ademais, além da gravidade concreta apresentada pela conduta atribuída, em tese, ao réu, o ora acusado, possui o um vasto histórico de registros criminais, inclusive da mesma natureza, consoante certidão de ID 359966536, razão pelo qual a segregação é indispensável para garantir a ordem pública. As medias cautelares diversas da prisão se mostram insuficientes e inadequadas no caso. Ante o exposto, DECRETO a prisão preventiva de , já qualificado, como medida de salvaguarda da ordem pública, na forma do art. 312, caput, do CPP. (...)" (grifos aditados) A Denúncia oferecida, em desfavor do Paciente, descreve, in verbis: "[...] Consta do Inquérito Policial em epígrafe que, no dia 12/02/2018, às 23h00min, na Rua Guararapes, bairro São João, Bom Jesus da Lapa/BA, o DENUNCIADO, acompanhado de , agindo em concurso e unidade de desígnios, com intenção homicida, tentou matar os policiais militares , e , no exercício de suas funções, não atingindo seu intento apenas por condições alheias à sua vontade. Segundo o apurado, o DENUNCIADO é o líder da Organização Criminosa denominada "Bonde do Zoológico" ou "Tudo 3", que possui forte atuação no tráfico de drogas e diversos outros crimes, inclusive de homicídios, na cidade de Bom Jesus da Lapa/BA e região. No dia 12/02/2018, durante a noite, o DENUNCIADO e seu comparsa de nome foram até o bairro Parque Verde, em Bom Jesus da Lapa/BA, a bordo de um veículo Fiat Punto, de cor preta, e, após pararem em frente a uma residência, efetuaram diversos disparos com arma de fogo, sem, contudo, deixar vítimas. Ocorre que a população avisou a Polícia Militar acerca do tiroteio e da identidade de quem efetuou dos disparos. Com isso, fora encaminhada para o local uma guarnição de policiais militares composta pelos soldados , e . Ao chegarem no endereço indicado, a guarnição não encontrou os autores dos disparos, mas receberam informações sobre o veículo que fora utilizado. Diante disso, foram realizadas buscas nas proximidades até que, chegando ao bairro São João, um veículo com as descrições fora localizado. Ato contínuo, com o giroflex, os Policiais Militares deram ordem legal de parada, mas e seu comparsa desobedeceramnos e então, com manifesta intenção de matar, passaram a efetuar diversos disparos de arma de fogo contra os policiais militares e, em seguida, partiram em fuga, porém não obteve êxito em acertar os policiais. Após serem alvo dos tiros, os milicianos repeliram a injusta agressão e iniciaram uma perseguição. Já no bairro Santa Luzia, os soldados encontraram o veículo abandonado com , que estava ferido por disparo de arma de fogo, portando identidade falsa com o nome de e uma pistola calibre .40. O DENUNCIADO, após abandonar o veículo, conseguiu se evadir do local, com duas pistolas na mão. Os Policiais Militares levaram para o Hospital, onde passou por cirurgia, mas não resistiu aos ferimentos e fora a óbito. O laudo da arma de fogo apreendida fora acostado nas fls. 39/40. Laudo do documento que portava consta às fls. 41/44. O crime de homicídio somente não se consumou em razão de erro na pontaria,

circunstância alheia à vontade do agente, que era de acertar os policiais. [...] "Conforme se infere dos informes judiciais encaminhados a este Tribunal de Justiça da Bahia, o Ministério requereu a decretação da prisão preventiva do Paciente, tendo sido oferecida denúncia, bem assim aditada a exordial, em razão da ciência da existência de Inquérito Policial Militar possuindo elementos que não constavam do Inquérito Policial Civil, inclusive com informação de que outro policial que integrava a guarnição fora alvo dos disparos na data de 02/02/2023, tendo a peça incoativa sido recebida em 09/02/2023, bem como decretada a segregação cautelar do Paciente, cujo mandado de prisão foi cadastrado no BNMP2, na data de 10/02/2023. Sobreleve-se, ainda mais, que, examinando a certidão de antecedentes criminais, constando o total de 18 (dezoito) processos em desfavor do Paciente, o qual fora devidamente citado em 10/02/2023, estando, atualmente, custodiado no Conjunto Penal de Vitória da Conquista/BA, tendo transcorrido in albis o prazo para apresentação de Resposta. Ocorre que, na data de 01/03/2023, os procuradores constituídos acostaram aos autos instrumento de mandato, contudo, somente posteriormente àquela data é que apresentaram Defesa. Assim, na data de 03/03/2023, fora proferida decisão pelo Magistrado de 1º Grau e deferido o pedido de habilitação, determinando inclusão em pauta de audiência de instrução, visto que a resposta não apresentou, de pronto, elementos suficientes para render sua absolvição sumária, na forma do art. 397 do CPP. Na data de 27/07/2023, coligiu-se aos autos decisão do Superior Tribunal de Justiça, requisitando informações sobre o processo de nº 8000292-44.2023.8.05.0027, o qual figura também como Paciente – ID 401857608, cujo envio das informações requisitadas foram transmitidas em 31/07/2023. No caso dos fólios, HÁ EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO QUE JUSTIFICAM A MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. Ou seja, não há possibilidade de acolhimento da tese sustentada na exordial, tendo em vista que a JUSTA CAUSA PARA A CUSTÓDIA CAUTELAR ESTÁ DEVIDAMENTE EVIDENCIADA, SENDO, POIS, ACACHAPANTE. Os elementos informativos coligidos aos fólios, que serviram para decretação da prisão preventiva do Paciente, são absolutamente contundentes, subsistindo a justa causa para a segregação cautelar, de modo que inexistente qualquer nulidade no ato emanado pela autoridade apontada coatora, haja vista que o decisum encontra-se devidamente fundamentado, conforme dispõe o art. 93, IX, da Constituição da República. Nesse viés, tem-se que para a decretação da prisão preventiva exige-se, também, a presença de fundamentos (PERICULUM LIBERTATIS), que são consistentes na garantia da ordem pública, garantia da ordem econômica, conveniência da instrução criminal e/ou necessidade de assegurar de aplicação da lei penal. Consoante se percebe da leitura da decisão impugnada, bem como das provas carreadas ao ação penal que tramita em desfavor do Paciente, EMERGE A PRESENÇA DOS INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E DA MATERIALIDADE. Além do mais, expressa, de forma clarividente, a necessidade da custódia prévia para a GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, de modo que torna-se inequívoca e imprescindível a segregação imposta pelo Juízo a quo, em razão da existência do periculum libertatis, como se constata dos trechos a seguir transcritos: “[...] Trata-se de Ação Penal promovida pelo Ministério Público em face de , já qualificado, imputando-lhe a prática do delito previsto no artigo art. 121, inciso VII, c/c art. 14, inciso II, na forma do art. 70 (quatro vítimas) do Código Penal. Segundo narra a denúncia: “ Consta do Inquérito Policial em epígrafe que, no dia 12/02/2018, às 23h00min, na Rua Guararapes, bairro São João, Bom Jesus da Lapa/BA, o DENUNCIADO, atuando com concurso com , agindo em concurso e

unidade de desígnios, com intenção homicida, tentou matar os policiais militares , e , no exercício de suas funções, não atingindo seu intento apenas por condições alheias à sua vontade. Segundo o apurado, o DENUNCIADO é o líder da Organização Criminosa denominada “Bonde do Zoológico” ou “Tudo 3”, que possui forte atuação no tráfico de drogas e diversos outros crimes, inclusive de homicídios, na cidade de Bom Jesus da Lapa/BA e região. No dia 12/02/2018, durante a noite, o DENUNCIADO e seu comparsa de nome foram até o bairro Parque Verde, em Bom Jesus da Lapa/BA, a bordo de um veículo Fiat Punto, de cor preta, e, após pararem em frente a uma residência, efetuaram diversos disparos com arma de fogo, sem, contudo, deixar vítimas. Ocorre que a população avisou a Polícia Militar acerca do tiroteio e da identidade de quem efetuou dos disparos. Com isso, fora encaminhada para o local uma guarnição de policiais militares composta pelos soldados , , e . Ao chegarem no endereço indicado, a guarnição não encontrou os autores dos disparos. Porém, em conversas com morador local, cujo imóvel foi alvejado por disparos efetuados pelo DENUNCIADO, receberam informações sobre o veículo que fora utilizado. Diante disso, foram realizadas buscas nas proximidades até que, chegando ao bairro São João, um veículo com as descrições fora localizado. Ato contínuo, com o giroflex, os Policiais Militares deram ordem legal de parada, mas e seu comparsa desobedeceram-nos e então, com manifesta intenção de matar, passaram a efetuar diversos disparos de arma de fogo contra os policiais militares e, em seguida, partiram em fuga, porém não obteve êxito em acertar os policiais. Cabia a DÉCIO disparar a arma, enquanto Eliezer conduzia o veículo. Após serem alvo dos tiros, os milicianos repeliram a injusta agressão e iniciaram uma perseguição, na qual revidaram os disparos, atingindo . Todavia, por conta de falhas no veículo, eles pararam, ocasião em que desembarcou do veículo, disparando novamente contra os policiais. Já no bairro Santa Luzia, os soldados encontraram o veículo abandonado com , que estava ferido por disparo de arma de fogo, portando identidade falsa com o nome de e uma pistola calibre .40. O DENUNCIADO, após abandonar o veículo, conseguiu se evadir do local, com duas pistolas na mão. Os Policiais Militares levaram para o Hospital, onde passou por cirurgia, mas não resistiu aos ferimentos e fora a óbito. O laudo da arma de fogo apreendida fora acostado nas fls. 39/40. Laudo do documento que portava consta às fls. 41/44. O crime de homicídio somente não se consumou em razão de erro na pontaria, circunstância alheia à vontade do agente, que era de acertar os policiais.” Em 01.02.2023 foi oferecida a Ação Penal com pedido de prisão preventiva (ID 359651110) pelo Ministério Público com base no inquérito policial nº 036/2018. No dia 01.02.2023 o parquet fez um aditamento à denúncia em razão da ciência da existência de Inquérito Policial Militar possuindo elementos que não constavam do Inquérito da Policial Civil (ID 360035459). Ação recebida, réu citado e decretação da prisão preventiva em decisão proferida em 09.02.2023 (ID 361536988). Resposta à acusação oferecida dia 01/03/2023 por meio de seus procuradores (ID 369303769). Em 03.03.2023 decisão proferida por este juízo deferindo o pedido de habilitação nos autos, determinando inclusão em pauta de audiência de instrução, visto que a resposta escrita não apresentou, de pronto, elementos suficientes para render sua absolvição sumária na forma dos incisos do art. 397, do CPP – ID 369666513. Em 17.07.2023 a defesa impetrou Habeas Corpus, em decisão monocrática “NÃO SE CONHECE DO PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, em razão da ausência de prova préconstituída”(ID 400067027). O desembargador relator no dia 29.11.2023 indeferiu o pedido de antecipação de tutela de

novo Habeas corpus impetrado pela defesa do acusado (422443389). Audiência de instrução e julgamento designada para 31.01.2024, às 10h. Indeferido o requerimento de relaxamento de prisão formulado por (428662675). Em 31.01.2024, foi realizada audiência de instrução, na qual colheu-se o depoimento das vítimas SD/PM , SD/PM , SD/PM , SD/PM . Diante da ausência das testemunhas de defesa foi designada audiência para o dia 20 de fevereiro de 2024, às 15h (ID 429553770). No dia 20.02.2024 foram ouvidas as testemunhas arroladas pela defesa, , e . Após, o réu foi interrogado (ID 432010136). O Ministério Público ofereceu seus memoriais de alegações finais no ID 432820466, pugnando pela pronúncia do réu nos termos do art. 121, § 2º, inciso VII, c/c art. 14, inciso II; O réu, por sua defesa técnica, no ID 434136991, requer que a denúncia seja rejeitada, se declare a impronúncia do réu, caso a tese principal não seja aceita requer desclassificação jurídica, reconhecendo-se a incidência do delito tipificado no art. 329 do Código Penal, ainda requer que o acusado possa recorrer em liberdade em eventual decisão de pronúncia. Vieram os autos conclusos em 12.03.2024. Ante o exposto, com esteio no art. 413, caput, do CPP, PRONUNCIO o acusado , já qualificado, como incurso no art. 121, inciso VII, c/c art. 14, inciso II, na forma do artigo 70 do CP (quatro vezes) pelos fatos descritos na denúncia, a fim de submetê-lo a julgamento perante o Tribunal de Júri. À luz do art. 413, § 3º, do CPP, entendo que permanecem presentes os pressupostos e fundamentos para manutenção da prisão preventiva do réu, em salvaguarda da ordem pública e para aplicação da lei penal, na forma do art. 312, caput, do CPP. Ao réu é apontada a prática de crime grave, contra policiais militares. O acusado, ainda, possui um vasto histórico de registros criminais. Assim, presente a periculosidade do agente, aliada à gravidade do delito, evidencia-se ameaça à ordem pública. Dessa forma, é necessária a manutenção da prisão preventiva do acusado, como medida de proteção à ordem pública e à aplicação da lei penal, razão pela qual MANTENHO SUA SEGREGAÇÃO CAUTELAR, recomendando-o no estabelecimento prisional onde se encontra atualmente recluso. Transitada em julgado esta decisão, dê-se vista ao Ministério Público, ao assistente de acusação e depois ao defensor do Acusado, para os fins do art. 422 do Código de Processo Penal. [...]" (Id. Num. 60755123) Diferentemente do quanto alegado na exordial deste mandamus, o Juízo a quo, de forma cuidadosa, ocupou-se de apresentar a escorreita fundamentação para a decretação da custódia cautelar, e não abstrata ou genericamente, como tenta demonstrar a impetração. Logo, demonstrada a real necessidade na segregação prévia, uma vez que é imprescindível a privação da liberdade para GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, em face da possibilidade de reiteração da conduta criminosa, como se pode constatar dos trechos acima transcritos. Segundo o renomado Professor de Direito Processual Penal, , garantia da ordem pública vem sendo entendida majoritariamente, como: "risco considerável de reiterações de ações delituosas por parte do acusado, caso permaneça em liberdade, seja porque se trata de pessoa propensa à prática delituosa, seja porque, se solto, teria os mesmos estímulos relacionados com o delito cometido, inclusive pela possibilidade de voltar ao convívio com os parceiros do crime." (Manual de Processo Penal – Volume I – 1ª Edição – Editora Impetus). Destarte, considerando os elementos carreados aos fólios, bem como pela análise do decisum impugnado neste writ, constata-se, de forma cristalina, a presença dos requisitos previstos na segunda parte do art. 312 do CPPB, como também de substrato fático para que seja mantida a custódia prévia, à luz do art. 315 do CPPB, sobretudo para garantia da ordem pública,

conforme entendimento já pacificado pelos tribunais pátrios. Senão, veja-se: PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CONTINUIDADE DELITIVA CONTRA A FILHA DA EX-COMPANHEIRA. NEGATIVA DE RECORRER EM LIBERDADE. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AGENTE QUE PERMANECEU FORAGIDO POR UM PERÍODO. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. 2. A negativa do recurso em liberdade está adequadamente motivada para garantia da ordem pública e com base em elementos concretos extraídos dos autos, que evidenciam a gravidade da conduta criminoso, tendo em vista que o recorrente teria abusado sexualmente da filha da sua ex-companheira. 3. Hipótese em que a vítima era atraída para a residência do condenado, a pretexto de trabalhar por dinheiro ou comida, valendo-se o agente dessas oportunidades para ficar a sós com a adolescente. Com o fim de satisfazer a própria lascívia, o recorrente passava a acariciá-la em suas partes íntimas, peitos, coxas e genitália, praticando assim diversos atos libidinosos, obrigando também a ofendida a manter relações sexuais com ele, ora a ameaçando com uma faca ou com uma espingarda. 4. A garantia da aplicação da lei penal reforça a necessidade da medida constritiva, uma vez que o recorrente permaneceu foragido por um período, até o cumprimento do mandado de prisão. 5. Recurso não provido. (RHC 102.967/PI, Rel. Ministro , QUINTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 15/10/2018) PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. IRREGULARIDADE NO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE. SUPERADA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS QUE, POR SI SÓS, NÃO ASSEGURAM A REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO. I – A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. II – O entendimento deste Superior Tribunal de Justiça é de que eventual nulidade no flagrante resta superada quando da decretação da prisão preventiva (precedentes). III – Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados extraídos dos autos, notadamente pela periculosidade concreta do agente, demonstrada na forma pela qual o delito foi em tese praticado, consistente em roubo majorado praticado em plena via pública, utilizando-se de motocicleta com placa adulterada, em concurso de agentes e mediante grave ameaça por emprego de arma de fogo. IV – "Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento de que a prática de atos infracionais, apesar de não poder ser considerada para fins de reincidência ou maus antecedentes, serve para justificar a manutenção da prisão preventiva para a garantia da ordem pública" (RHC n. 60.213/MS, Quinta Turma, Rel. Min. , DJe de 3/9/2015). V – Condições pessoais favoráveis não têm o condão de garantir a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Recurso ordinário desprovido. (RHC 99.992/SP, Rel. Ministro , QUINTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 22/08/2018) Destarte, restando evidenciada a presença dos requisitos e um dos

fundamentos do art. 312 do CPPB e, considerando que a aplicação das medidas alternativas previstas no art. 319 e seguintes do mesmo Codex, afigura-se como restrição insuficiente à hipótese dos autos, entende-se como inviável a sua substituição e consequente soltura do Paciente. CONCLUSÃO Diante do quanto exposto, em harmonia com Opinitivo Ministerial, vota-se pela DENEGAÇÃO DA ORDEM, pelas razões fáticas e jurídicas acima delineadas. Sala de Sessões, data constante da certidão de julgamento. DESEMBARGADOR RELATOR